

Apresentação

Este é mais um número da revista *Ágora Filosófica*. Ele é composto por nove artigos, cujos assuntos dizem respeito a questões que fundamentam e alicerçam os valores éticos, políticos e humanistas.

No primeiro artigo, intitulado “Diálogo e dialogismo”, encontramos um enfoque teórico particularmente produtivo na análise do discurso, que procura demonstrar que, no âmbito dos estudos dialógicos, o diálogo cotidiano não só tem uma posição de destaque enquanto forma clássica de atividade linguageira, como também exerce o papel de matriz geradora de analogias fundamentais para a condução da análise dos fenômenos discursivos, a formulação de proposições teóricas e o estabelecimento de terminologia específica.

Nos dois artigos que seguem, temos uma temática comum. No primeiro, que tem por título “Johannes de Silentio: uma biografia”, temos uma reflexão ético-religiosa que procura analisar um dos pseudônimos de Kierkegaard, Johannes de Silentio, autor da obra: *Temor e Tremor*. Discute-se a sua apresentação no livro como um poeta e admirador, cujo objetivo é observar que o seu papel de poeta se dirige ao religioso. Em seguida, encontramos o artigo, em língua espanhola, “Una teoría de la subjetividad en la obra seudónima de Kierkegaard”, que se propõe a analisar, a partir das obras pseudônimas de Kierkegaard, as estruturas que fundamentam a questão da subjetividade moderna e o modo de pensar a ética a partir dela.

No artigo “A *décadence* e o niilismo: uma possibilidade de transvaloração dos valores”, os autores procuram analisar a questão da *décadence* e do niilismo, apresentando os mesmos como uma possibilidade de transvaloração dos valores. Discute-se a questão do cristianismo e a cultura ocidental como manifestações da *décadence*, e analisa-se o niilismo, suas características e seus tipos conceituais.

Como o próprio nome diz, “A proposta do eu - tu dasein-hermenêutico e as regras de ouro e cobre da moral”, no quinto artigo encontramos uma proposta, a saber, a de aproximar os princípios das regras de ouro e de cobre com aspectos gerais da filosofia de Martin Heidegger. Em contraposição à proposta de Rohden, o autor sustenta duas possibilidades para o Eu-Dasein-

Hermenêutico e Tu-Dasein-Hermenêutico: um modo-de-ser mais próprio ou impróprio no cumprimento ou não das regras da moral.

No sexto artigo, cujo título é bastante provocante, “O perspectivismo (ameríndio) não é um humanismo”, o autor, tendo como instrumental teórico a filosofia de Gilles Deleuze, tem o objetivo de situar a noção de perspectivismo ameríndio para além dos contornos do humanismo, uma vez que, do seu ponto de vista, o perspectivismo ameríndio se pretende um pensamento que rompe com a tradição metafísica humanista.

Na sequência, temos o artigo “A política das paixões como fundamento da engenharia política do estado de direito: um estudo da hipótese de Albert Hirschman”. Nele, investiga-se como o princípio das paixões compensatórias contribuiu para fundamentar a construção do Estado moderno de matriz democrática e liberal, reconhecido como base da tradição do constitucionalismo. A temática do artigo se justifica por estar relacionada à relevância da compreensão sobre a história da relação entre a política, direitos e os afetos na modernidade.

O penúltimo artigo, “Política e pluralidade humana em Hannah Arendt: uma introdução ao tema do poder”, objetiva expor os argumentos arendtianos que sustentam o seu conceito de poder político relativamente à ação e à pluralidade humana e, como isso, nos vincula também ao mundo. O seu ponto de partida é a ideia segundo a qual a política, para Arendt, está ligada à ação e às relações entre os seres humanos, considerando a fala e o discurso como algo intrínseco da ação política. Admite-se que a compreensão arendtiana do poder põe sempre em questão a pluralidade humana e a ação em conjunto, de modo que surgem discursos que não são empregados para velar intenções, mas para desvelar realidades, onde as palavras trazem consigo um movimento de ação reverberadas de sentido.

Por fim, mas não menos importante, encontramos o artigo “Legalidade e legitimidade do processo legislativo no estado democrático: uma discussão sobre a esfera pública de Jürgen Habermas e a ordem simbólica de Nancy Fraser”. Com ele, analisa-se a legalidade pode ser considerada uma consequência da legitimidade do processo legislativo no Estado Democrático, tendo como apoio o arcabouço teórico da política deliberativa proposta por Habermas, enquanto construção do diálogo discursivo da opinião e vontade dos

cidadãos, a partir de uma reflexão crítica das contribuições de Nancy Fraser sobre a ordem simbólica dos sistemas de dominação.

Neste número da revista da *Ágora*, portanto, mantemos a interdisciplinaridade, que talvez seja uma característica distintiva dessa revista, que inclusive a insere no âmbito da produção acadêmica filosófica. O que justifica esse modo de proceder é a compreensão de que a filosofia não é (e nem poderia ser) uma simples descrição da realidade, mas é, antes, uma atividade que contribui significativamente para elucidação e esclarecimento das próprias relações existentes entre os diferentes âmbitos do saber humano.

É baseado nisso que os editores deste número esperam que o conjunto desses textos ateste, de modo satisfatório, a proposta da possibilidade de manter um profícuo diálogo entre o saber filosófico e outros saberes humanos.

Gerson Francisco de Arruda Júnior (editor)